

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ANTIGUIDADE À LUZ DA BNCC:
RELAÇÕES ENTRE “CIVILIZADOS” E “BÁRBAROS”.**

MARIA DE QUEIROZ E MELO

MARIANA

2023

MARIA DE QUEIROZ E MELO

**AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ANTIGUIDADE À LUZ DA BNCC:
RELAÇÕES ENTRE “CIVILIZADOS” E “BÁRBAROS”.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Graduação em História do Instituto
de Ciências Humanas e Sociais da
Universidade Federal de Ouro Preto.
Orientador: Prof. Dr. Fábio Faversoni

MARIANA

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M528a Melo, Maria de Queiroz e.

As relações étnico-raciais na antiguidade à luz da BNCC [manuscrito]:
relações entre “civilizados” e “bárbaros”. / Maria de Queiroz e Melo. -
2023.

32 f.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Favarsani.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em História .

1. Base Nacional Comum Curricular. 2. Relações étnicas. 3. História
antiga. 4. História - Estudo e ensino. I. Favarsani, Fábio. II. Universidade
Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 94(3)

Bibliotecário(a) Responsável: Iury de Souza Batista - CRB6/3841



FOLHA DE APROVAÇÃO

Maria de Queiroz e Melo

As relações étnico-raciais na Antiguidade à luz da BNCC: relações entre “civilizados” e “bárbaros”.

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel

Aprovada em 08 de Agosto de 2023.

Membros da banca

Prof. Dr. Fabio Faversoni - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Fábio Duarte Joly - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Luciano Magela Roza - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profa. Dtrda. Beatriz Rezende Lara Pinton - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Fabio Faversoni, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 08/08/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Faversoni, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/08/2023, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0569966** e o código CRC **419F47D6**.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar a abordagem dada às relações étnico-raciais presentes no período da Antiguidade apresentado na educação escolar, especificamente as relações entre “civilizados” e “bárbaros”. Estas relações são analisadas a partir dos conteúdos propostos pela Base Nacional Comum Curricular, objetivando um reconhecimento quantitativo e qualitativo sobre o modo em que são apresentados, reconhecendo carências de conteúdos, informações estereotipadas e a predominância de versões estigmatizadas sob o viés colonizante que negligencia a agência dos povos colonizados. Também constitui como objetivo desta pesquisa a abordagem da Antiguidade a partir do princípio da alteridade, possibilitando a discussão das relações étnico-raciais presentes neste período associadas à atualidade, buscando se sobrepor ao pensamento usual de que as múltiplas formas de preconceitos e discriminações tiveram suas origens em meio ao pensamento contemporâneo. A partir das discussões apresentadas, propõe-se a construção de um material didático que supra as necessidades observadas e disponha formas de tratar das relações entre civilizados e bárbaros que reconheçam as trocas culturais e as múltiplas contribuições que existiram dentro destas sociedades, para além do estigma clássico.

Palavras-chave: BNCC; História Antiga; Bárbaros.

Resumen

El objetivo principal de esta investigación es analizar el enfoque que se le da a las relaciones étnico-raciales presentes en el período de la Antigüedad presentadas en la educación escolar, específicamente las relaciones entre “civilizados” y “bárbaros”. Estas relaciones son analizadas a partir de los contenidos propuestos por la Base Curricular Común Nacional, buscando un reconocimiento cuantitativo y cualitativo de la forma en que son presentados, reconociendo la falta de contenidos, la información estereotipada y el predominio de versiones estigmatizadas bajo el sesgo colonizador que descuida la agencia de los pueblos colonizados. Otro objetivo de esta investigación es abordar la Antigüedad desde el principio de la alteridad, permitiendo la discusión de las relaciones étnico-raciales presentes en este período asociadas al presente, buscando superar el pensamiento habitual de que las múltiples formas de prejuicio y discriminación tuvieron su origen en medio del pensamiento contemporáneo. A partir de las discusiones presentadas, se propone la construcción de material didáctico que responda a las necesidades observadas y tenga formas de abordar las relaciones entre civilizados y bárbaros que reconozcan los intercambios culturales y los múltiples aportes que existieron al interior de estas sociedades, más allá del estigma clásico.

Palabras clave: BNCC; Historia antigua; bárbaros.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	6
a. BNCC, Antiguidade e relações étnico-raciais:.....	6
b. Apresentação do conceito de relações étnico-raciais:.....	7
c. A importância do estudo da Antiguidade no Ensino Básico:.....	16
2. Desenvolvimento:.....	19
a. Os bárbaros e as relações étnico-raciais nos Livros Didáticos:.....	19
b. Análise dos trechos selecionados:.....	20
3. Considerações Finais: Proposta de Material didático.....	28
Referências Bibliográficas:.....	29

1. Introdução

a. BNCC, Antiguidade e relações étnico-raciais:

A Base Nacional Comum Curricular corresponde a um conjunto de conhecimentos, competências e habilidades utilizados para nortear e assegurar os direitos de aprendizagem dos alunos em sala de aula. Este documento aborda diversos tipos de conteúdo que serão utilizados para formular os currículos utilizados dentro das escolas.

Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.

A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2022)

Um dos tópicos abordados no documento são as relações étnico-raciais. Neste estudo, analisaremos como o tema é tratado nos livros didáticos, levando em conta especificamente as relações étnico-raciais durante a antiguidade. Preliminarmente, já podemos indicar, pela leitura inicial que fizemos, que essas são apresentadas como afastadas do tempo presente e sem estar sob o enfoque próprio das relações étnico-raciais, que fica reservado para o período moderno, já sob a égide da racialização científica e, sobretudo, à experiência escravista moderna e ao pós-abolição. A nosso ver, perde-se assim a possibilidade de construir formas alternativas para trabalhar com o tema na atualidade. Em outras palavras, ao limitar à modernidade e à contemporaneidade a abordagem de conteúdos pela perspectiva das relações étnico-raciais, perde-se em qualidade tanto o estudo das temporalidades mais recentes quanto aquelas da antiguidade. Nesse sentido, nossa perspectiva de trabalho será pensar a possibilidade de estudar algum dos conteúdos usando uma abordagem própria ao estudo das relações étnico-raciais, permitindo um diálogo entre as duas temporalidades, sem afastá-las totalmente, mas também sem fazer desaparecer as especificidades de cada uma delas, que justamente

possibilita o diálogo pretendido. Faremos um estudo, desse modo, que explore a Antiguidade como alteridade e não como algo alheio a nós e tanto menos como a “origem de nossa civilização ocidental”.

b. Apresentação do conceito de relações étnico-raciais:

No século XVIII, foi construída a ideia de um conceito de raça ligado ao viés biológico. As características físicas foram utilizadas para alocar as pessoas em grupos raciais, como a cor da pele, o tipo de cabelo, formato dos olhos etc. Definir um grupo de pessoas apenas por suas características biológicas hereditárias era uma forma de determinar quem pertencia a qual tipo de raça, estabelecendo padrões biológicos pré-determinantes. Desta forma, além de afirmar a hierarquização, também se promoviam e legitimavam discriminações sociais (GUIMARÃES, 1995).

A partir da virada do século, o conceito racial biológico foi superado pelo diferencialismo cultural, mas permanecia o problema de que, ao lidar com quaisquer tipos de listagens, a hierarquização permanecia naturalizada e as discriminações reafirmadas. É preciso ressaltar que as discriminações sociais não devem ser encaradas de forma única, aplicando-se o mesmo tratamento aos diversos tipos de discriminação, pois assim, nas palavras de Guimarães (1995), tornam-se apenas metáforas, imagens políticas. Além disso, destacar que a naturalização da hierarquização é proveniente da afirmação de elementos considerados superiores ou inferiores, através de bases teológicas, científicas ou civilizacionais consideradas imutáveis e inerentes aos indivíduos. Neste estudo, abordaremos o racismo como um tipo de discriminação social com suas particularidades e construções essencialistas.

Com base no estudo de Félix Jácome (2020), podemos definir racismo como uma modalidade em que as sociedades vivenciam as múltiplas relações étnicas, por meio de características hierarquizantes provenientes do etnocentrismo e xenofobia, em que determinados grupos são considerados inferiores ou superiores devido a padrões biológicos e/ou geográficos. Sendo assim, o racismo é hiper determinista, pois o indivíduo carrega uma determinada característica considerada imutável e responsável por sua definição dentro dos moldes sociais dados.

Partindo do termo relações étnicas, podemos definir relações étnico-raciais tomando por base o conceito de etnia, como o de Ellis Cashmore (2000), referindo-se a um grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade entre seus membros, os quais compartilham experiências. Enquanto raça, de acordo com o mesmo autor, refere-se aos atributos de um grupo. Os conceitos se relacionam a partir da união entre atributos, genealogia e ancestralidade, linguagem, religiosidade e modo de agir. Seguida a combinação destes elementos, a consciência de pertencer a um grupo étnico é passada de geração em geração, fortalecendo o sentimento de “nós” e “eles”, e tornando a fronteira étnica quase intransponível. Desta forma, podemos pensar as relações étnico-raciais como as formas com que diferentes grupos se relacionam e o modo com que os integrantes destes grupos se relacionam entre si. Ou seja, pessoas que compartilham alguma característica tendem a se aproximar e se reconhecerem como um grupo. E, enquanto grupo, tendem a se diferenciar de outras pessoas que tenham características que não sejam aquelas comuns ao grupo.

Neste sentido, superando a concepção da racialização científica intimamente ligada aos fatores biológicos, pode-se ampliar as bases do racismo para além da relação com a cor, contemplando diferenças linguísticas, culturais e religiosas que estejam interligadas à inferiorização relacionada à etnicidade como fator geral. De modo que, quando ocorre a marginalização de um grupo por conta de fatores étnicos, o racismo sofrido se transforma em um agente etnizador resultando no crescimento do grupo étnico (CASHMORE, 2000). Nas palavras de Guimarães (1995), esse tipo de percepção alargada do racismo categoriza um tipo de “novo racismo” ou “racismo sem raça”, proveniente do fim da segregação racial nos Estados Unidos e aliado ao Movimento de Direitos Civis, que possibilitaram uma denúncia das desigualdades raciais que eram mascaradas na sociedade. No mesmo sentido, pode-se tomar em conta o Nacionalismo Negro e o Movimento Feminista nos anos 70, e o novo quadro produzido pela migração massiva de povos do Terceiro Mundo em direção à Europa (destacando a emergência da islamofobia) ou aos Estados Unidos (com o aprofundamento do preconceito contra os “Latinos”).

A cultura é traçada ao longo de linhas étnicas absolutas, não como algo intrinsecamente fluido, mutante, instável e dinâmico, mas como uma propriedade fixa de grupos sociais, ao invés de campo relacional no qual os grupos se encontram e vivenciam relações sociais e históricas. Quando a cultura é relacionada à "raça"

transforma-se então numa propriedade pseudo-biológica de vida comunal (GILROY, 1993, p. 24 *apud* GUIMARÃES, 1995, p.30)

Tendo esse levantamento inicial, vamos produzir uma reflexão sobre como abordar as relações étnico-raciais na atualidade levando em consideração diferentes formas culturais e preconceitos, através das relações presentes na antiguidade como facilitador da compreensão dos tipos de relações étnico-raciais existentes no cotidiano dos estudantes.

É possível abordar o racismo dentro das relações entre bárbaros e não-bárbaros? Seguindo a definição de Cashmore (2000), racismo não é uma palavra que tem por definição o preconceito contra um único grupo, mas é uma palavra que permite abordar diversos grupos, em diferentes sociedades e épocas que foram objetos de condutas relacionadas à características biológicas reais ou supostas. Esta ideia de grupos imaginários a partir de marcas corporais favorece a hierarquização, sendo expressa através de comportamentos como formas de tratamento e escolhas matrimoniais, insultos e humilhações e a conseqüente marginalização social e espacial (COSTA, 2006). Logo, esta noção possibilita uma análise das relações étnico-raciais da antiguidade comparadas às relações étnico-raciais do tempo presente, levando em consideração todos os aspectos particulares de cada contexto.

Neste sentido, os estudos de Félix Jácome (2020) com base nos textos de Diodoro Sículo e Estrabão podem servir como guia para compreender como as relações étnico-raciais eram tratadas no período da Antiguidade Clássica. Para dar início aos nossos estudos, uma pergunta deve ser feita: existiam as palavras “raça” ou “racismo” na Antiguidade? Segundo o autor, neste período não existiam as palavras “raça” e “racismo”. As palavras mais próximas seriam “φυλές /fylés”, referente a tribos, agrupamentos de pessoas, e γένος/génos, que significa origem, linhagem, família. Entretanto, não possuem relação com raça ou racismo.

De acordo com Jácome (2020), muitos autores ao tentarem abordar as relações étnicas na antiguidade realizam a leitura das fontes históricas unindo ideias cosmogônicas atreladas ao determinismo geográfico. Cosmogônicas pois tomam por base os mitos de que o homem teria sua origem comum do barro, mas em um determinado momento alguns homens se diferenciam dos demais, pois a pele destes ficou queimada devido à proximidade do sol, o que justificaria as peles de

cor negra. O determinismo geográfico para explicar determinados comportamentos e tonalidades da pele devido ao lugar onde os indivíduos vivem se funda, assim, no pressuposto de que quanto mais confortável era o ambiente menor seria a disposição moral do indivíduo, mais lento ou mais rápido seu desenvolvimento, quanto mais escuro ou mais claro seu tom de pele. Esse entendimento servia como base também para fundamentar ideais civilizatórios que estavam na base da legitimação dos empreendimentos coloniais e escravistas.

Desse modo, o uso de teorias deterministas produziria uma associação de locais remotos com relação aos centros que produziam estas mesmas teorias à ausência de civilização. No caso da Antiguidade, os povos que viviam, por exemplo, em uma parte do norte do continente africano, em zonas consideradas exóticas pelos gregos e romanos poderiam ser caracterizados enquanto dominados pela inferioridade. No caso específico dos etíopes, além da diferenciação da cor de pele, vários costumes eram diversos com relação aos costumes greco-romanos, como por exemplo a divindade que os reis representavam e sua constante presença no ambiente doméstico, enquanto no mundo helênico a casa era um ambiente destinado a outros fins.

The color of the skin. Color was obviously uppermost in the minds of the Greeks and Romans, whether they were describing Ethiopians in the land of their origin or their expatriated congeners in Egypt, Greece or Italy. The distinguishing mark of an Ethiopian is the color of the skin. Though not unaware of other physical characteristics of the Ethiopian, the Greeks and Romans classified as Ethiopian those having in common a certain pigmentation which they attributed to environment, especially the heat of the sun. (SNOWDEN, 1970, p.2)

O livro *Blacks in Antiquity*, de Frank Snowden (1970), utiliza a cor de pele como principal atributo de diferenciação entre os que eram etíopes e os helênicos. No conjunto da obra, este autor nos revela a tentativa de recuperar uma espécie de tipo negróide nas fontes antigas, buscar ideais discricionários como o formato do nariz, lábios volumosos, entre outros, o que pode ser considerado um indício que aponte para a hipótese da perpetuação de estereótipos raciais. No entanto, a cor de pele foi percebida e identificada como um diferencial dentro das fontes, mas não era um determinante exclusivo da forma de tratamento. Os costumes e o medo do estrangeiro também tiveram suas contribuições na linha de emergência da construção histórica do racismo (Jácome, 2020)

É importante destacar que outras populações negróides, como os Núbios, tinham um tratamento diferente daquele destinado aos etíopes, ainda que também preconceituoso. Heródoto fará referência a uma antiga teoria com a qual teve contato quando descreve a Índia em suas Histórias. Segundo ele, os indianos eram negros, tal qual os etíopes, inclusive tendo ambos o sêmen negro e não branco. (Heródoto, *Histórias* 3. 101. 2)

Populações diversas também sofriam preconceito e não estavam associadas na Antiguidade a uma cor de pele ou mesmo outros traços fisionômicos distintivos. Distinguir pela cor da pele é uma exceção e não está no centro da construção das distinções étnico-raciais. Não havia uma percepção de diferença em termos de aparência física entre senhores e escravizados.

“Um fato que impressionou a todos os observadores do mundo mediterrâneo antigo merece especial atenção: a Núbia era, e é, uma terra povoada por negros. Os egípcios sempre retrataram os habitantes da Núbia com uma pele muito mais escura do que a sua. Os gregos, e posteriormente os romanos, chamavam-nos de "etíopes", isto é, “os que possuem a pele queimada”, enquanto os primeiros viajantes árabes se referiam à Núbia como Bilad-al-Suden, “o país dos negros” (MOKHTAR, 1983, p.230)

Isso é central para pensarmos na construção das relações étnico-raciais e como podemos observar os tipos de racismos alargados existentes atualmente. Como, por exemplo, se tomarmos por base a ausência da percepção de diferença em termos de aparência dentro das relações entre senhores e empregados, podemos construir um paralelo na atualidade no que tange aos grupos que são superexplorados dentro do ambiente de trabalho com condições sociais humilhantes, a citar os migrantes nas grandes cidades brasileiras, ou latinos nos EUA, ou emigrantes do norte da África e Oriente Próximo na Europa. Pode-se perceber que a distinção fundamental também não é da cor da pele. “Nosso” racismo está muito ligado à experiência escravista e ao pós-abolição, no entanto existem outras formas de racismo que estão em voga hoje, mas construídas a partir de outras matrizes. Uma dimensão que pode ser lembrada a propósito é equiparação recente, do ponto de vista jurídico, do crime de homofobia como análogo ao racismo¹.

¹ Para detalhes sobre essa decisão, cf. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-06/supremo-decide-criminalizar-homofobia-como-forma-de-racismo>

Efetivamente, o que se percebe é um entrecruzamento de diversas formas de desqualificação que tem por base a desvalorização e um princípio de exclusão e seleção daqueles que têm direitos, inclusive ao trabalho, por exemplo, implicado em algumas vezes em uma racionalidade econômica, mas, em outras, denotam o contrário. Neste sentido,

No princípio da aplicação de políticas imigratórias no País, mesmo num momento econômico em que era incontestável a falta de força de trabalho em função da proibição do tráfico negreiro (1850) e posteriormente da abolição da escravidão (1889), as fronteiras da nação já eram “seletivas” (Ramos, 2006). O ideal do trabalhador imigrante era balizado pela raça branca e pela cultura europeia, em particular pela exaltação dos benefícios derivados de uma organização societária a partir do trabalho livre (Nabuco, 2003). (VILLEN, 2015, p. 127)

Com relação ao medo do estrangeiro, neste estudo nos referimos a uma concepção de que as sociedades clássicas não desejavam se misturar com outros grupos, levando em consideração as diferentes relações que as sociedades clássicas tinham com outros povos e que serviram de base para projetos políticos que têm por base a xenofobia, racismo e outros tipos de formas de repressão. Tomamos por base o estudo de Félix Jácome (2020) sobre a Lei da Autoctonia. Segundo o autor, *autochtones* eram aqueles que nasciam na própria terra, viviam desde sempre no mesmo território, o que por consequência assegurava maior direito sobre a terra e funcionava como um critério para categorizar a migração como sinônimo de inferioridade. A ideia de autóctone refere-se ao valor do indivíduo dentro da nobreza do grupo do familiar, em que ocorre uma democratização sobre o nobre nascimento,

Todos os cidadãos, consoante essa lógica, seriam ilustres, pois filhos da cidade de Atenas, independentemente da família específica na qual viveriam ou dos recursos econômicos que possuíssem. (JÁCOME, 2020, p.26).

O mesmo autor apresenta um compilado de estudos em que aborda como a autoctonia tornou-se um fator excludente e agravante da reforma da cidadania ateniense ocorrida em 451/450, quando, segundo a obra "Constituição dos Atenienses" de Aristóteles, devido ao grande número de pessoas consideradas cidadãs, foi promulgada uma lei que determinava a participação ativa na pólis somente se satisfeito o requisito de filiação paterna e materna na condição de

cidadãos. Entretanto, Félix refuta a ideia literal de que a Ática estaria vivendo um período de superpopulação, pois não se encontram outras fontes que confirmem a tese de Aristóteles, e apresenta outros argumentos como o desejo de manter benefícios a um grupo mais restrito de cidadãos atenienses em razão de riquezas culturais e materiais, a preocupação com o crescente número de casamentos mistos advindos do estreitamento de laços com elites de outras cidades, ou até mesmo uma ideia de purificação da raça ateniense (JÁCOME, 2020)

É preciso ressaltar que o argumento da pureza racial ateniense se referia ao desejo dos povos atenienses de manter a pureza do sangue e preservar a relação com território através do exclusivismo expresso na cidadania. Este argumento configura uma das tentativas de associar fontes antigas aos movimentos modernos de extrema-direita. Este tipo de concepção de pureza racial se difundiu muito no período pós-Segunda Guerra Mundial na Europa, onde as percepções sobre pureza racial ainda estavam amplamente difundidas. O precursor do argumento foi Hignett (1952), mas devido à credibilidade do movimento de pureza racial ter recuado, sendo até mesmo criminalizado, o argumento caiu em desuso dentro da historiografia (JÁCOME, 2020). Ademais, podemos destacar também o Diálogo de Menexeno, de Platão, comparado às contradições do nazismo no século XX. A obra platônica trata de uma situação envolvendo uma oração fúnebre, as epifânias destinadas aos soldados perdidos em campos de guerra e que são proferidas por alguém à escolha do Conselho ateniense. Resumidamente, no texto, Sócrates conta a Menexeno como Aspásia realizou tal oração para falar do orgulho dos cidadãos atenienses, enquanto ela própria era uma estrangeira que teria vindo de Mileto para Atenas (CERDAS, 2020). Situação aproximada ao que aconteceu no período nazista, Hitler que era de origem austríaca, defendia a pureza da raça ariana com referência à Alemanha. Não nos aprofundaremos nestes estudos, pois apenas servem como exemplos do uso de textos antigos para justificar movimentos contemporâneos.

Retomando o aspecto da Lei da Autoctonia que nos importa, podemos abordar também a propriedade dos povos etíopes em sua relação de autoctonia com a terra. Eles também eram povos que viveram sempre no mesmo lugar. Mas do ponto de vista grego e romano, quanto mais afastado de si próprios enquanto referência, mais ausentes de civilização estes povos eram considerados. Nesse caso, a

autoctonia é algo negativo. Sendo assim, a autoctonia não é positiva em si mesma, correspondendo a algo positivo ou negativo conforme se esteja falando de uma área central ou periférica do ponto de vista da população que enuncia o discurso. Esta linha direta entre o civilizado e o não-civilizado atribui a categorização do indivíduo bárbaro, selvagem, primitivo e ausente de costumes. Atrelada à diferenciação da cor de pele e ao estranhamento com o novo, abre-se um caminho para as discriminações étnicas (Jácome, 2020).

Contudo, é preciso perceber que a relação entre bárbaros e não-bárbaros esteve pautada não apenas na polaridade, demandando enxergar além da visão resumida a conflitos. Deve-se refletir sobre essas relações como um verdadeiro universo de interações e trocas, em que as próprias sociedades clássicas utilizavam das culturas estrangeiras como um espelho para a construção da sua própria identidade. É necessário compreender as sociedades consideradas bárbaras como transmissoras de culturas e tradições, e que, antes da ascensão das sociedades clássicas, estas últimas eram consideradas como periféricas e muitas vezes eram colocadas em posição de inferioridade enquanto dependentes e súditos dos reis “bárbaros”. (VLASSOPOULOS, 2013) Esse é um ponto que distingue fortemente a experiência das relações étnico-raciais na Antiguidade e na Modernidade. Os povos que compuseram as sociedades clássicas, via de regra, assumiam que houve uma dinâmica e que eles construíram uma posição de superioridade que não é permanente. Os bárbaros que os cercam têm características diferentes que podem ser tomadas como marcadores de inferioridade (que legitimaria serem subjugados), mas também de superioridade (que os fazia fonte de aprendizagem e até mesmo de cobiça). Neste sentido, este estudo busca se guiar por uma perspectiva de via dupla de intercâmbio cultural, que contemple as múltiplas possibilidades implicadas pelas relações étnico-raciais.

Tratar a helenização como um processo contínuo, restrito a eventos cronológicos da incorporação dos não-gregos à comunidade helênica é simplificar toda a complexidade das conexões. O estudo de Kostas Vlassopoulos (2013) abrange grande parte desta discussão que nos interessa. O autor trata das formas de interação e áreas geográficas a partir do conceito de mundo, por estarem interligadas em múltiplas fronteiras. O mundo das Redes, que trata da mobilidade e adoção de bens materiais compartilhados entre sociedades através do comércio,

trocas, heranças etc, vai além da simples relação entre duas partes separadas por uma fronteira simples e inequívoca. Neste mundo, a comunicação é o ponto principal para que ocorra o compartilhamento de pessoas, bens, ideias e tecnologias. O mundo das colônias (apoikiai)² é marcado pela atuação de comerciantes, mercenários e camponeses imigrantes que se estabelecem em assentamentos longe de suas terras natais e se auto-organizam. São politicamente independentes e se estabelecem junto a outras comunidades através da coabitação, casamento e colaborações. A auto-sustentabilidade é o ponto principal. O mundo Pan-helênico como resultado dos conflitos entre gregos e persas, marcado pela união dos grupos através da ancestralidade após a inserção dos não-gregos dentro do universo considerado clássico também cumpre importante papel na construção desse conjunto de redes que caracteriza o universo a considerar. A própria percepção da constituição de um multifacetado mundo helenístico produzido pelo conflito/integração de diferentes sociedades no Mediterrâneo Oriental é índice relevante para nossa hipótese. A descentralidade é o marco deste mundo. E, por fim, o autor aponta para a percepção de que esse era um mundo cuja culminância é marcada pelos Impérios, em que os impérios gregos e não-gregos estavam interligados através de um sistema-mundo interconectado. Neste sentido, gregos e não-gregos estavam lado a lado e compartilhando territórios sujeitos à dominação de parte a parte, sem um centro único e, ainda menos, fixo. Exílios por guerras e deportações, para citar dois exemplos, resultaram no espalhamento das pessoas, criando diversos centros multiculturais.

Esta abordagem é importante para a compreensão dos povos considerados como bárbaros em sua independência e originalidade e que a adoção de outras culturas não implica necessariamente a extinção do sistema cultural local. Pode-se ter a coexistência e a formação de um mundo de símbolos e significados compartilhados ou circulando simultaneamente e com dominância em diferentes espaços e temporalidades. Contrariando assim a noção da cultura grega sob o viés de missão civilizatória de “modernizar” e “socializar” aqueles que não fazem parte de sua comunidade, pode-se perceber esse universo como espaço de disputas e colaborações, convivência e alternância cultural. Nessa visão, o protagonismo é

² “Apoikia literally means a settlement away from home;” (VLASSOPOULOS, 2013), Apoikia literalmente significa um assentamento longe de casa (tradução nossa).

múltiplo e as formas de interação têm um caráter bastante variado (VLASSOPOULOS, 2013)

Uma possibilidade de comparação é a abordagem dos povos bárbaros como originais, confrontando-se com as formas de discriminação sofridas e estabelecendo um paralelo com situações atuais que se aproximam destas formas de repressão: o fato de não compartilharem a mesma língua os classificava como inferiores? O estilo de vida adotado era motivo para serem reprimidos? A diferenciação étnica justificava a forma de tratamento? O fator preponderante de divisão eram características físicas das pessoas ou suas culturas?

Considerado o que temos nos livros didáticos, um tópico a ser trabalhado seguramente é a generalização a respeito da designação de determinados povos, como por exemplo, na Antiguidade, o tratamento dado às populações consideradas bárbaras, como se fossem reduzidas a um único povo, uma cultura (inferior!) e uma língua (não-grego / não-latim). Na atualidade, criando um paralelo, a utilização de termos como africanos e negros de forma generalizada, ou indígenas, excluindo designações particulares e levando à desvalorização de grupos sociais, encontra um paralelo relevante a ser pensado, respeitadas todas as diferenças entre os contextos e as diferentes (e múltiplas!) sociedades envolvidas.

Através do mapeamento e da conceituação inicial, será nosso objetivo tratar das relações étnico-raciais de forma lúdica e didática, de modo que os estudantes compreendam as diversas facetas das relações e das muitas concepções acerca de preconceitos em um contexto bastante diverso do atual, permitindo, por alteridade, lançar um novo olhar para a realidade atual. Nosso objetivo é pensar de forma leve, mas ativa, a complexidade e repercussões de pensar os grupos sociais excluídos a partir da visão dos que excluem, bem como os limites e possibilidades que existem em tomá-los na sua unicidade, valorizando pontos que tenham em comum e os uma, ou na sua diversidade e como, ao longo da história, tais aspectos unificadores ou de diversificação podem ser ressaltados tanto como mecanismos de opressão quanto de libertação.

c. A importância do estudo da Antiguidade no Ensino Básico:

A proposta inicial da BNCC era voltada para a criação de um programa de desconstrução de estereótipos e exaltação da diversidade cultural em território pátrio. Neste sentido, áreas de estudo como História do Brasil, das Áfricas e das Américas tiveram um protagonismo dentro desta abordagem. A estratégia seria funcional à medida em que não excluísse conteúdos de História Antiga, considerados tão importantes quanto os demais por suas inúmeras contribuições no ensino de história para a construção de valores e processos de mudanças sociais. (COELHO; BELCHIOR, 2017)

O estudo da Antiguidade no Ensino Básico é atravessado por um debate relativo à forma através da qual esse largo período histórico foi inserido dentro da Base Nacional Comum Curricular e quais as justificativas mobilizadas para sua inclusão. Na primeira versão do documento, os conteúdos ligados à História Antiga foram praticamente excluídos do programa. Além disso, essa primeira versão não contou com a participação de professores da área

O processo de construção das Bases Nacionais vem sendo marcado pelo autoritarismo em todas suas fases, desde a indicação dos especialistas que redigiram a proposta sem qualquer explicitação dos critérios adotados para sua escolha até a forma de gestão da chamada “consulta pública”. (CALIL, 2015)

Com isso, formou-se um entendimento bastante difundido de que o estudante se tornava o principal prejudicado, pois não aprendia sobre tipos de governos e instituições, divisão social, estratégias de conquistas e principalmente, sobre as relações entre comunidades que resultaram na formação das sociedades antigas e as muitas tradições produzidas com referência às sociedades e culturas da Antiguidade. Esses conteúdos, para alguns, seriam indispensáveis por serem a origem da “civilização ocidental” na qual estariam inseridos. Essa era a visão que predominava entre os não-especialistas em Antiguidade que defenderam a inclusão. Entre os estudiosos do período, contudo, a relevância de sua inclusão derivava justamente da alteridade representada por essas sociedades e pela oportunidade de se analisar e criticar a noção de que todos pertencemos a uma mesma “cultura ocidental” que teria origem nas sociedades clássicas antigas e seríamos todos parte da mesma única civilização “cristã” (MOERBECK, 2021). Tratavam-se, portanto, de visões diferentes de Antiguidade que solicitavam a sua inclusão. Basicamente, poderíamos dizer que os que defendiam a inclusão se dividiam entre o que queriam reconhecer a Antiguidade como nossa origem e os

que consideravam indispensável criticar justamente essa visão e desconstruir os processos de opressão que nos constituem na longa duração.

Outro ponto a ser levado em consideração sobre a exclusão da História Antiga do programa da BNCC é a distância geográfica entre os eventos ocorridos no período da Antiguidade e a espacialidade brasileira. A falsa ausência de conexões seria prejudicial ao ensino das heranças da Tradição Clássica e as opressões produzidas a partir dela como o direito, língua portuguesa e arquitetura. (COELHO; BELCHIOR, 2017) Essa justificativa apagaria as conexões existentes entre a noção de valores e discussões presentes tanto na Antiguidade quanto na atualidade. No nosso estudo, propomos pensar essa tradição clássica não como uma continuidade, mas como uma apropriação que coloca em diálogo temporalidades e espacialidades distintas. Trata-se de um processo de *allelopoiesis*, conceito que temos construído em nosso grupo de pesquisa para trabalhar esse processo de construção recíproca de sentidos que se opera no diálogo entre a Antiguidade e diversos contextos sucessivos que se colocaram em contato e produziram diversas concepções de “Antigo” (e de si mesmo a partir dessa construção recíproca). (FAVERSANI; JOLY, 2021)

Um outro ponto que nos parece importante destacar é que a Antiguidade não está distante do universo dos estudantes, especialmente quando consideramos que ela não se limita ao estudo de uma temporalidade afastada no tempo. A Antiguidade também contempla um amplo universo que pode ser descrito, para o propósito de nosso estudo, como “recepção” ou “usos do passado”. Referimo-nos a filmes, games, séries, elementos diversos do dia-a-dia dos estudantes que fazem referência à Antiguidade de forma direta ou indireta.

De todo modo, havia acordo que a limitação da BNCC à “história nacional” seria um erro e que a inclusão de outras temporalidades e espacialidades seria fundamental para a percepção do estudante sobre si mesmo, acerca do desenvolvimento social e das relações interpessoais.

2. Desenvolvimento:

a. Os bárbaros e as relações étnico-raciais nos Livros Didáticos:

A princípio, destacaremos as relações do mundo greco-romano, categorizadas a partir do processo de expansão romana e da integração com o mundo helenístico, onde, em um primeiro momento, há a necessidade de Roma se provar como principal dominadora dentro das relações culturais, políticas e militares, sobre os gregos e frente aos bárbaros. Impôs-se mostrar os intelectuais romanos, as virtudes, valores e costumes a estes povos conquistados.

Em relação a estes povos conquistados, abordaremos o universo qualificado como bárbaro, conceito funcional para traduzir todos aqueles externos ao ideal de cidadão e da *pax romana*, especialmente referindo-se aos povos celtas, gauleses e germanos. O ideal do bárbaro enquanto feroz e selvagem possivelmente remonte ao grande saque dos celtas a Roma em 390, um episódio violento que condicionará as futuras visões dos romanos sobre aqueles indivíduos externos que serão denominados bárbaros (DUPLÁ, 1996), como estudaremos com mais aprofundamento nos trechos selecionados a partir de livros didáticos.

Optamos pela escolha do livro didático como ponto de partida para uma análise da presença de tópicos que tenham potencial para serem trabalhados na perspectiva das relações étnico-raciais no âmbito do estudo da Antiguidade. A escolha do livro didático como principal objeto é definida pela funcionalidade do material, sendo este um importante recurso dentro da sala de aula, pois é um dos instrumentos de trabalho do professor. Segundo Faversani e Villalta (1994), existem dois tipos de apresentação dos conteúdos em sala de aula, o modelo *aula-livro didático*, em que o professor expõe o conteúdo acompanhado de uma breve explicação sem muito aprofundamento e em seguida são realizadas atividades de fixação presentes no próprio material. Este é um modelo cíclico, em que a cada bimestre/trimestre/semestre recomeça novamente. O outro modelo é o de *cursos magistrais-livro*, em que o professor apresenta uma longa explanação dos conteúdos, seguido por uma leitura do livro didático ou resolução de questões. Neste modelo o aluno tem dificuldade em se manter focado o tempo todo durante a grande explanação.

Em ambos os casos, podemos perceber que o livro didático serve como base para a apresentação de conteúdos e funciona como um guia para o aluno compreender o que está sendo exposto dentro do processo de ensino e aprendizagem. Além de ser um tipo de material amplamente (se não o principal) utilizado nas escolas públicas, condicionando a qualidade do aprendizado e tornando o aprendizado coletivo.

Sua importância aumenta ainda mais em países como o Brasil, onde uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina o que se ensina. Como sugere o adjetivo didático, que qualifica e define um certo tipo de obra, o livro didático é instrumento específico e importantíssimo de ensino e de aprendizagem formal. (LAJOLO, 1996, p.4)

A escolha de quais títulos e editoras foram selecionados para a análise veio a partir dos livros didáticos utilizados nas escolas públicas de Mariana, em especial através de um projeto de extensão da universidade, o qual estivemos em contato com uma professora da rede, e de um estudo preliminar que fizemos para esse projeto que destacou os livros mais adquiridos através do PNLD.

b. Análise dos trechos selecionados:

“Os romanos chamavam de bárbaros os povos que viviam fora das fronteiras ou nas áreas limítrofes do império, não falavam latim ou grego e não estavam submetidos às leis romanas.” (ARARIBÁ, 2018) Este trecho foi retirado do livro didático *Araribá Mais: História*, e apresenta uma visão simplificada dos bárbaros, generalizando a população e resumindo-a à insubmissão e a causar perturbações aos romanos. Além disso, são marginalizados, pois não compartilhavam a mesma língua e viviam à margem das fronteiras. O trecho apresenta uma definição rasa do conceito e não aborda os tipos de interações existentes entre romanos e bárbaros para além dos conflitos, como trocas comerciais, compartilhamentos de divindades, dentre outros.

“O convívio entre germânicos e romanos alternava-se entre momentos pacíficos e situações de conflitos armados, em geral causados pela disputa por terras.” (ARARIBÁ, 2018) Neste outro trecho é possível perceber que há uma especificação da população referida, ainda que as relações entre romanos e

não-romanos são reduzidas a momentos de conflito e estabilidade, em uma ótica apenas militar, como se não houvesse qualquer outro tipo de contato entre estes grupos a não ser pela disputa de terras. Neste sentido, excluem-se novamente as trocas comerciais, culturais e mesmo a miscigenação entre as populações, em síntese, quaisquer relações regulares que estes grupos possuíam de fato.

Outro livro didático analisado é o *Historiar* (COTRIM; RODRIGUES, 2018).

O trecho a seguir apresenta também uma visão simplista do universo bárbaro:

Devido a essas semelhanças culturais, os moradores das diversas pólis (*sic*) reconheciam-se como helenos (gregos). Já os povos que não pertenciam à Hélade (mundo grego) eram chamados de bárbaros. Para os gregos, bárbaro era todo aquele que não falava a língua dos helenos e não tinha seus costumes. (COTRIM; RODRIGUES, 2018, p.139)

Tal como o outro livro didático, analisado anteriormente tratando do contexto romano, este também possui uma abordagem generalizada dos povos “bárbaros”, referenciada a partir da ideia da polaridade de povos, ou eram helênicos, ou não. Sem abordar os diferentes tipos de povos que o universo bárbaro abordava.

Além disso, o trecho retrata apenas o ponto de vista grego como referencial, não apresentando aspectos relevantes de seu modo de vida de outros tipos de povos e dos contatos existentes entre gregos e não-gregos. Adiante, resume o compartilhamento do latim como língua como principal condição para determinar o que era a civilidade de um povo.

O próximo livro didático analisado é o *Estudar História* (BRAICK; BARRETO, 2018). Nele, foram encontradas diversas passagens que fazem referência aos povos denominados bárbaros.

No entanto, apesar de gregos e romanos terem sido os principais responsáveis pelo desenvolvimento da cultura ocidental, eles não foram os únicos. Ao longo de toda a costa do Mar Mediterrâneo, que banha a Europa, a África e a Ásia, migrações, guerras, alianças e trocas comerciais colocaram em contato populações de origens diferentes, favorecendo o intercâmbio de conhecimentos, crenças, ideias e mercadorias. E do contato entre tantas culturas, línguas, religiões e sistemas políticos e econômicos distintos nasceu a semente do que viria a ser a chamada cultura clássica. Atualmente, com uma possibilidade maior de intercâmbio entre os povos graças às modernas tecnologias, convivemos com grupos culturais e étnicos que se moldaram segundo padrões diferentes dos nossos. Isso significa que precisamos ter cuidado para não acreditar que nossos valores e nossa forma de viver são melhores do que os dos outros e que, por isso, devem lhes ser impostos. (BRAICK, BARRETO, 2018, p.120)

Este trecho é apresentado logo no início do capítulo e é fundamental para a concepção do aluno sobre a alteridade e o intercâmbio de conhecimentos, revelando que os próximos conteúdos a serem apresentados são provenientes de

misturas culturais, e não como se apenas um tipo de grupo fosse detentor do saber e se colocasse sobre os demais ou simplesmente apartado e isolado por uma fronteira que funcionasse para afastar e combater, ainda que assuma como válida a unicidade de uma “cultura ocidental”.

As colônias eram politicamente independentes das cidades-mãe, mas mantinham vínculos culturais e comerciais estreitos com elas. A expansão territorial foi importante para o mundo grego na medida em que intensificou as trocas comerciais e culturais entre diferentes regiões. (BRAICK; BARRETO, 2018, p. 125)

Aqueus, jônios, etruscos e latinos, entre outros, acreditavam na existência de vários deuses, e o intercâmbio de divindades era bastante comum. (BRAICK; BARRETO, 2018, p. 128)

O trecho acima apresenta uma perspectiva em que a mistura cultural entre bárbaros e não-bárbaros ocorreu de forma sistêmica através do intercâmbio entre divindades e em como a expansão territorial grega favoreceu as trocas comerciais e culturais. Este trecho é importante, pois assume a posição de que as cidades estabeleciam relações com as colônias, não eram ambientes isolados, existiam trocas e interações que se concretizam a partir das misturas culturais, tanto da parte dos colonizadores para com as populações antes ali fixadas, bem como destas para com os colonizadores. Estas relações bilaterais comprovam a hipótese levantada de tratar as relações entre os grupos étnicos na antiguidade para além da polaridade e conflitos ou mesmo eliminação de uns pelos outros.

Além dos cidadãos, a sociedade ateniense era composta de metecos e escravos. Os metecos eram estrangeiros que, em geral, dedicavam-se ao comércio e ao artesanato. Eles podiam participar das cerimônias e festividades, mas não tinham direitos políticos e não podiam possuir terras. Os escravos não tinham direitos, mas podiam ser recompensados por seus serviços, acumulando algum dinheiro para comprar a liberdade. Em Atenas, além dos metecos e escravos, as mulheres e crianças também não tinham direito à cidadania. Ou seja, a maioria da população ateniense não era considerada cidadã. (BRAICK; BARRETO, 2018, p. 139)

Esta passagem refere-se à questão da cidadania e denomina os povos estrangeiros como metecos. Esta definição é bastante imprecisa. Muitos metecos eram nascidos em Atenas, mas não eram considerados cidadãos, ao mesmo tempo em que os que não eram nascidos em Atenas, também não eram considerados “não-gregos”, e muitos que não possuíam a cidadania grega, eram considerados cidadãos em outro lugar. O termo meteco carrega a ideia de migração, a vivência voluntária em uma cidade diferente da de origem e designação decorre do tributo que eram obrigados a pagar para viver naquele território.

Em um sentido, então, os cidadãos de um estado grego poderiam ser considerados uma classe distinta de proprietários de terra, [...] em contraposição aos estrangeiros,

embora certamente eles mesmos estariam divididos em classes diferentes em confronto uma com a outra. [...] contra aqueles que querem mais atenção aos metecos, o autor argumenta que] a maioria dos metecos que não eram libertos seriam cidadãos em outra polis, vivendo voluntariamente por um tempo em uma cidade que não a sua, provavelmente – exilados políticos ou não – com a intenção de retornar para casa no devido curso. E seguramente metecos não poderiam ser explorados intensivamente: se eles eram [metecos], eles simplesmente iriam para outro lugar (STE. CROIX, 1981: 289, *apud* SOARES, 2009. p. 38)

Para este grupo, a definição enquanto apenas não possuidores dos direitos políticos e da posse territorial ateniense, é muito vago, pois não contempla a amplitude conceitual do termo. Outro ponto importante é a colocação de que a maioria da população ateniense não era considerada cidadã, revelando que a presença de estrangeiros na comunidade era significativa, portanto, mais suscetível ao compartilhamento de ideias e formas de expressão culturais.

Retomando a análise do trecho, também podemos observar a tendência em apontar divisões sociais em que os escravos são colocados como uma parte externa da sociedade. Esta cisão é contraditória, pois a escravidão poderia ser decorrente de prisões de guerra, condenações por crimes, ou até mesmo pela execução de dívidas. Logo, até mesmo um pleno cidadão em Atenas (ou em outras *poleis*) poderia vir a se tornar um escravizado (SILVA, 2008)

Nos territórios ocupados, ocorreu um processo de romanização, ou seja, a população assimilou muitas características do modo de vida dos romanos, como o uso do latim e o gosto pelo teatro, e as cidades foram moldadas de acordo com as características dos centros urbanos romanos, recebendo aquedutos, pontes, anfiteatros etc. Os romanos também se apropriaram de práticas e costumes dos povos conquistados. O contato mais intenso se deu com a Grécia, a Macedônia e outras regiões do mundo helenístico. A cultura grega exerceu grande influência nos valores, na religião e nas artes romanas. Esse processo é chamado helenização de Roma. (BRAICK; BARRETO, 2018, p.161)

Outra estratégia de integração foi a concessão da cidadania romana aos povos dos territórios dominados. (BRAICK; BARRETO, 2018, p.178)

O trecho acima refere-se ao processo de romanização dos territórios conquistados e da helenização de Roma. Estes processos são apresentados sob uma perspectiva de influência mútua, em que os conquistadores sofrem influência daqueles que estão sendo conquistados. Contudo, os romanos influenciariam o território conquistado como um todo, mas seriam influenciados apenas pelos gregos e helenizados. Entretanto, o trecho deixa de fora a forte influência dos etruscos dentro da sociedade romana, suas influências de diferentes tipos, geográfica através do grande número de aldeias interligadas pelo parentesco, organização política, contribuições religiosas como a construção de santuários e

templos e o compartilhamento de divindades, desenvolvimento de atividades agrícolas, dentre outros (WEISS, 2005). Deste modo, é como se os civilizados seguissem sendo apenas os romanos e gregos.

O trecho final aborda a integração dos povos conquistados através da cidadania, deste modo apresenta uma abertura a diversas culturas conforme acontecia a expansão romana. Esta passagem reforça a ideia de que os povos estrangeiros perderam sua originalidade ao serem subjugados, e adotaram comportamentos que possibilitaram a sua absorção por outra cultura. Ademais, não pensa outras formas de integração, inclusive forçadas, como a escravização, e o importante papel que cumpriu no desenvolvimento da sociedade romana.

No século III, severas condições climáticas e o ataque de outros povos forçaram inúmeros grupos germânicos a migrarem em direção às terras romanas. No entanto, à medida que as dificuldades econômicas do império se intensificaram, os deslocamentos desses povos, antes pacíficos, mudaram de caráter e tornaram-se violentos. Nas batalhas, muitas cidades e estradas romanas ficaram destruídas, e a fome agravou-se devido aos problemas de abastecimento. (BRAICK; BARRETO, 2018, p. 187)

No trecho ocorre uma abordagem contraditória, pois ao longo do livro didático são apresentadas passagens carregadas da ideia de originalidade e relações de conveniência entre os bárbaros e não-bárbaros, mas o desfecho sugere uma categorização destes povos como violentos, reduzindo todas suas contribuições a conflitos e destruição das cidades e estradas romanas. Existe também o problema da datação. O século III é marcado por muitas crises, mas é bem anterior às assim chamadas “invasões bárbaras” do século V. Desse modo, este tipo de abordagem contribui com a formação do estereótipo do bárbaro como incivilizado, pois trata destes povos como se eles simplesmente tivessem resolvido se tornar agressivos no momento que a prosperidade romana cessa, mudando seu caráter e favorecendo a decadência de Roma.

O livro didático analisado a seguir é o *Teláris* (VICENTINO; VICENTINO, 2018). Diferente dos demais, não apresenta tantas referências ao universo denominado bárbaro.

Por volta do século VIII a.C., Roma tornou-se um importante povoado da região, funcionando como centro de defesa contra os frequentes ataques de povos vizinhos. Sua condição geográfica (perto da junção de várias vias naturais de comunicação, como o rio Tibre) facilitava o contato de seus habitantes com diversos povos. Dessa forma, Roma recebeu muitas influências externas, em especial dos etruscos e dos gregos. (VICENTINO; VICENTINO, 2018, p.159)

Esta passagem traz a imagem de que os povos vizinhos a Roma eram violentos e frequentemente atacavam o povoado sem motivos aparentes, apenas por possuírem uma índole agressiva. Apesar de citar que a posição de Roma favorecia a absorção de influências externas, este trecho não faz referência a quais tipos de influências eram estas, ou a existência das trocas comerciais ou qualquer tipo de relação de coexistência social. Apenas destava que seriam “em especial dos etruscos e dos gregos”, deixando de considerar tantos outros povos que viviam e circulavam na região. Ao contrário do livro didático analisado anteriormente, este último reconhece a influência etrusca, mas ainda contém falhas no que se refere à estereotipação bárbara.

O período romano que chamamos de Baixo Império foi uma época de profundas dificuldades econômicas, tensões sociais, descontrole político e migrações e invasões de povos considerados bárbaros pelos romanos. (...) O caos militar, econômico e administrativo facilitou a invasão de estrangeiros. Eles ocuparam e dominaram, pacífica ou militarmente, vastos territórios do Império. (VICENTINO; VICENTINO, 2018, p.186)

Novamente há uma menção aos povos considerados bárbaros estando associados à violência e à decadência do Império Romano. Apesar do trecho citar outros aspectos da queda, como tensões sociais e descontrole político, a ocupação do território pelos bárbaros não é justificada, sendo resumida a uma oportunidade em que estes povos obtiveram vantagem sobre os romanos em um momento de fragilidade.

O fato de citar a dominação pacífica por parte dos grupos bárbaros sobre os povos romanos traz uma abordagem não muito comum nos demais livros analisados. Nas outras obras analisadas predominam o reconhecimento dos povos não-romanos enquanto selvagens e sem qualquer tipo de organização militar, ao apresentar a dominação pacífica por parte dos bárbaros sobre os romanos, uma nova interpretação do poder bárbaro relacionada à inteligência e estratégia de dominação.

O último livro didático analisado é o *História.doc* (VAINFAS et al., 2018), este material trabalha com uma abordagem mais simplista a respeito da relação entre greco-romanos e bárbaros.

Os metecos eram os estrangeiros, e só podiam ser comerciantes e artesãos, pois estavam proibidos de possuir terras. Se não cumprissem as leis da cidade, tornavam-se escravos (VAINFAS et al., 2018, p.96)

O Império Macedônico foi importante não apenas pelo domínio político e pela expansão militar, mas também por ter criado um novo ambiente cultural, que

possibilitava o contato entre os costumes gregos, persas, mesopotâmicos, egípcios, entre outros. (VAINFAS et al., 2018, p. 103)

Este último trecho nos revela novamente uma definição imprecisa do termo meteco e bastante simplista sobre suas atribuições dentro da sociedade. O trecho carrega a ideia de que os metecos seriam apenas pessoas que não possuíam a cidadania, mas não aborda aspectos de que muitos deles, como dito anteriormente, eram nascidos na cidade, mas não detinham a cidadania, ou não eram nascidos, mas também não eram considerados bárbaros, e muitos que não possuíam a cidadania poderiam ser considerados cidadãos em outro lugar. Um ponto curioso é o livro confundir “persas” que corresponde a uma civilização que se desenvolve em larga medida na região mesopotâmica, com um povo que não existe: “mesopotâmicos”. As menções são quase aleatórias, correspondendo a uma multiplicação um pouco arbitrária do “outro”. No lugar de falar simplesmente bárbaros, faz-se uma lista mais ou menos arbitrária que, de modo algum, dá agência e distingue os seus componentes.

Também a questão da escravidão imposta aos metecos não era tão comum quanto o trecho apresenta, pois muitos metecos conseguiam se inscrever nas Assembleias evitando as condenações, ou então, quando condenados, mudavam de cidades, ou retornando para suas origens ou para outros lugares.

O controle era facilmente efetuado: bastava consultar o *pínax ekklesiastikós*, que era a cópia dos registros afixados nos *dêmoi*. Mas esses registros, por sua vez, não eram exatos. Os metecos conseguiam neles ser inscritos e, conseqüentemente, infiltrar-se na Assembléia. De nada servia lançar contra eles a terrível ação de estraneidade (*graphê xênias*) que tinha por resultado condenar o réu à escravidão; os “mal inscritos” (*hoi paréggriptoi*) eram tão numerosos que se fazia necessário, de quando em quando, proceder a uma revisão geral das listas (*diapsêphismós*). Era raro a Assembléia estar composta, para empregarmos a expressão de Aristófanes, de “farinha pura”, sem “farelos” de permeio (GLOTZ, 1980: 127, *apud* SOARES, 2009, p.40)

Neste livro didático, foram encontradas poucas passagens que fazem referência à amplitude do universo bárbaro. Não são apresentadas as contribuições que os povos denominados “bárbaros” trouxeram às sociedades clássicas, as relações sociais estabelecidas através do comércio, trocas e matrimônios são excluídas e estes povos são resumidos a serem subjulgados. Além disso, há a narrativa de que o contato entre diversos povos e as trocas culturais só foi possível graças ao domínio político e expansão militar do Império Macedônico, anulando a existência destas

sociedades enquanto independentes e detentoras de suas próprias redes de organização social.

Feita esta análise, podemos perceber que algumas concepções utilizadas são recorrentes entre os autores, enquanto outras trabalham visões com maior alteridade. A ideia de generalização do universo bárbaro, sem trazer as particularidades dos povos que compartilhavam esta conceituação é a mais recorrente nos livros analisados. O resumo de diversos povos à condição de “bárbaro” sob o olhar helênico prejudica o aluno a reconhecer a diversidade cultural dos povos. Há um condicionamento à percepção de Grécia e Roma como as sociedades mais importantes, e que todas as demais são apenas figurantes perto do protagonismo clássico.

Outro tipo de concepção compartilhada entre os livros didáticos analisados é a exclusão das contribuições dos povos considerados bárbaros ao universo clássico. Praticamente todos os livros não citam as trocas comerciais, culturais, estreitamento de laços a partir de matrimônios, compartilhamentos religiosos, os câmbios arquitetônicos e a presença de soldados “bárbaros” dentro do militarismo imperial.

Se produce en ese tiempo un proceso que evidencia la complejidad de las relaciones entre romanos y bárbaros en las zonas fronterizas. Una consecuencia histórica fundamental, tras los ataques, saqueos y migraciones, es la incorporación al Imperio de crecientes contingentes de bárbaros, en calidad de soldados o colonos. El ejército se “barbariza” para hacer frente a los enemigos del exterior y, al mismo tiempo, sirve como mecanismo de integración y de ascenso social para los antiguos “bárbaros” más capaces y ambiciosos. (DUPLÁ, 1996, p. 22)

Outro tipo de pensamento predominante é a fugacidade sobre o conceito de meteco, os livros que citam estes tipos de pessoas se referem a elas apenas enquanto estrangeiros, sem apresentar outros tipos de características destes povos e suas funções dentro da sociedade. Isto gera a formação de uma ideia geral de que figuras como os metecos e escravos eram apenas considerados como minorias dentro da esfera social, quando, na verdade, esta era uma sociedade ampla composta por diversos tipos de integrantes e multicultural.

Em vista dos trechos analisados, que dizem respeito às relações étnicas, podemos perceber que há pouca quantidade de informações sobre os povos bárbaros, muitas vezes são rasos de conteúdos comparados ao restante dos tópicos que as unidades didáticas apresentam e frequentemente estão carregados de estereótipos. Por conseguinte, auxiliam na construção de um discurso único que impede a compreensão e interpretação dos fenômenos de nossa realidade, mais especificamente no caso deste estudo, as diversas caras e formas do racismo e das discriminações étnicas, e atraindo cada vez mais visões fundamentalistas acerca das diversidades culturais. Nas palavras de Chimamanda Ngozi Adichie (2019), “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história.” (p.14)

Por isso devemos nos atentar ao tipo de história que estamos oferecendo durante o período de aprendizagem, estamos formando e ajudando a construir novos cidadãos e somente através do ensino é possível ter acesso aos mais diversos tipos de mundos, sem a necessidade de sobrepujar um tipo de cultura sobre as demais.

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. (ADICHIE, 2019, p.16)

Desta forma, podemos utilizar os diferentes tipos de discurso para dar protagonismo a povos que muitas vezes eram tidos como “esquecidos” na história, além de possibilitar a libertação das concepções eurocêntricas e promover o empoderamento dos estudantes dentro de seu próprio ambiente.

Além disso, é importante pensar essas sociedades como estabelecendo justamente *relações* étnico-raciais e que a interseccionalidade (ou seja, o papel de outras relações e hierarquizações, como as sociais, jurídicas, culturais, religiosas, espaciais) é importante para pensar cada uma dessas sociedades.

3. Considerações Finais: Proposta de Material didático.

Tendo feita a análise do objeto de estudo, a proposta final é a criação de um material didático que seja utilizado para complementar as discussões sobre a Antiguidade na perspectiva das relações étnico-raciais, suprimindo as ausências

identificadas na BNCC, evitando estereótipos reforçados nos livros didáticos e proporcionando trabalhar o conteúdo em um formato atual e dinâmico.

A construção do material será em formato de uma cartilha explicativa sobre as relações étnico-raciais na antiguidade em paralelo à atualidade, voltados para o público do 6º ano do Ensino Fundamental, sendo de fácil manuseio e com ilustrações para chamar a atenção e auxiliar na compreensão das características de diversidade e unidade que envolvem os diferentes grupos estudados.

O conteúdo tratará das discussões que exploram a comparação entre Antiguidade e atualidade no que tange às relações étnico-raciais, buscando apresentar a originalidade e particularidade do universo bárbaro em paralelo às formas de racismo e preconceitos do tempo presente.

Referências Bibliográficas:

ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p. ISBN 8535932534. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/enfrentamento-ao-racismo/obras_digitalizadas/chimamanda_ngozi_adichie_-_2019_-_o_perigo_de_uma_historia_unica.pdf. Acesso em: 9 fev. 2023.

BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. **Origens da Antiguidade Clássica: Conceituando a Antiguidade Clássica**. In: BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. *Estudar História: das origens do homem à era digital: Unidade III - Antiguidade Clássica*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2018. cap. 6, p. 120-187. Disponível em: <https://pnld.moderna.com.br/historia/estudar-historia-das-origens-do-homem-a-era-digital/>. Acesso em: 10 fev. 2023

CALIL, Gilberto. **Uma História para o Conformismo e a Exaltação Patriótica: crítica à proposta de BNCC /História**. GIRAMUNDO, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 39-46, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5489982.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000. 598 p. ISBN 85-87478-06-0.

CERDAS, Emerson. **Platão. Menêxeno. Introdução, tradução e notas**. Revista Archaí, Brasília, DF, Brasil, n. 30, p. 35, 1 jul. 2020. DOI https://doi.org/10.14195/1984-249X_30_19. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/archai/a/ypPx6MkPQQHB5VDqrxZLgB/?lang=pt>. Acesso em: 7 fev. 2023.

COELHO, Ana Lucia Santos; BELCHIOR, Ygor Klain. **A BNCC e a História Antiga: Uma possível compreensão do presente pelo passado e do passado pelo**

presente. *Mare Nostrum: Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo*, São Paulo, v. 8, n. 8, p. 62-78, 9 out. 2017. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/marenostrum/issue/view/10208/1136>. Acesso em: 3 out. 2022.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos: Teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo.** Belo Horizonte: UFMG, 2006. 267 p. ISBN 85-7041-542-7.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Grécia Antiga: vivências culturais: Diversidade e Integração.** In: COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Historiar: Unidade 3 - Ocidente Clássico: Grécia e Roma.* 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. cap. 8, p. 139. ISBN 978-85-472-3622-9. Disponível em:
<https://edocente.com.br/pnld/historiar-6o-ano/>. Acesso em: 10 fev. 2023

DUPLÁ, Antonio. **El bárbaro en Roma.** In: DUPLÁ, Antonio. *Occidente y el Otro: Una historia de miedo y rechazo.* [S. l.]: Ayuntamiento de Vitoria Gasteiz, 1996. p. 17-32. ISBN 848764547X. Disponível em: <https://addi.ehu.es/handle/10810/11514>. Acesso em: 8 fev. 2023.

FAVERSANI, Fábio; JOLY, Fábio Duarte. **ALEXANDRE EM QUINTO CÚRCIO E O PRINCIPADO ROMANO: UM ESTUDO DE ALLELOPOIESIS.** *PHOÏNIX*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 97-110, 2021. Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/phoenix/article/view/49099/26792>. Acesso em: 10 fev. 2023.

FAVERSANI, Fábio; VILLALTA, Luiz Carlos. O Tratado de Tordesilhas nos livros didáticos brasileiros. *Revista Vértice*, [s. l.], n. 63, p. 55-62, Novembro-Dezembro, 1994.

FERNANDES, Ana Cláudia, et al. **O declínio do Império Romano: Os povos bárbaros.** In: *Araribá Mais: História. Unidade VI: Roma Antiga. A Roma Imperial.* 1. ed. São Paulo: Moderna, 2018. v. 1, cap. 14. p.240. Disponível em:
<https://pnld.moderna.com.br/historia/arariba-mais/>. Acesso em: 10 fev. 2023

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2005. 256 p. ISBN 85-7326-139-0.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil.** *Novos Estudos*, São Paulo, v. 3, ed. 43, p. 26-44, 1995. Disponível em:
<https://novosestudos.com.br/produto/edicao-43/#591555412b340>. Acesso em: 7 fev. 2023.

LAJOLO, Marisa. **Livro didático: um (quase) manual de usuário.** Em *Aberto*, Brasília, DF, Brasil, v. 16, n. 69, p. 3-9, 1996. DOI
<https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.16i69.2061>. Disponível em:
<http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2368>. Acesso em: 9 fev. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação é a base. In: Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. [S. l.], 2022. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 3 out. 2022.

MOERBECK, Guilherme. **Em Defesa do Ensino da História Antiga nas Escolas Contemporâneas:** Base Nacional Curricular Comum, Usos do Passado e Pedagogia Docolonial. Brathair: Grupo de Estudos Celtas e Germânicos, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 50-91, 7 set. 2021. DOI <https://doi.org/10.18817/brathair.v1i21.2525>. Disponível em: <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair>. Acesso em: 27 abr. 2023.

MOKHTAR, G. **História Geral da África: II. A África Antiga.** São Paulo: Ática S.A, 1983. 859 p. v. II. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000042617_por/PDF/110340poro.pdf.multi.nameddest=42617. Acesso em: 27 abr. 2023.

NETO, Félix Jácome. **A recusa da interação: um ensaio historiográfico sobre etnocentrismo e racismo na Grécia Antiga.** Revista Brasileira de História: Dossiê - A História Antiga entre o local e o global: Integração, conflito e usos do passado, São Paulo, v. 40, n. 84, p. 21-41, 21 ago. 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/1806-93472020v40n84-02>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/SYTmZPCd4yDKBCvNsJmg83F/?lang=pt>. Acesso em: 3 out. 2022.

SILVA, Eduardo. **Os escravos: na Grécia antiga e na América colonial.** Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 8, ed. 46, 2 dez. 2008. DOI: 10-18264/REP. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/8/46/os-escravos-na-greacutecia-antiga-e-na-ameacuterica-colonial>. Acesso em: 27 abr. 2023.

SNOWDEN, Frank M. **Blacks in Antiquity.** Cambridge, Massachusetts, EUA: Belknap Press, 1970. 392 p. ISBN 674-07626-5.

SOARES, Fábio Augusto Morales. **A Democracia Ateniense pelo avesso: Os metecos e a política nos discursos de Lísias.** Orientador: Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello. 2009. 243 p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27042010-094630/publico/FABIO_AUGUSTO_MORALES_SOARES.pdf. Acesso em: 9 fev. 2023.

VAINFAS, Ronaldo; FERREIRA, Jorge; FARIA, Sheila de Castro; CALAINHO, Daniela Buono. **O Mundo Grego: Atenas, um modelo de cidade grega.** In: VAINFAS, Ronaldo; FERREIRA, Jorge; FARIA, Sheila de Castro; CALAINHO, Daniela Buono. História.doc: Unidade 3 - Sociedades Antigas do Mediterrâneo Ocidental. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. cap. 6, p. 96-103. ISBN 978-85-472-3614-4. Disponível em: <https://educacaobasica.editorasaraiva.com.br/pnld/edital/pnld-2020/obra/3606030/>. Acesso em: 10 fev. 2023

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. **Roma Antiga: A origem da civilização romana**. In: VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. Teláris: Unidade 3 - O mundo antigo: Grécia e Roma. 1. ed. São Paulo: Ática, 2018. cap. 10, p. 159-186. ISBN 978-85-08-19154-3. Disponível em: <https://edocente.com.br/pnld/telaris-historia/>. Acesso em: 10 fev. 2023

VILLEN, Patricia. Imigração e racismo na modernização dependente do mercado de trabalho. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 34, p. 126-142, 1 jul. 2015. DOI <https://doi.org/10.23925/ls.v19i34.25762>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25762>. Acesso em: 27 abr. 2023.

VLASSOPOULOS, Kostas. **Geeks and Barbarians**. New York: Cambridge University Press, 2013. 415 p. ISBN 978-0-521-14802-3.

WEISS, Jussemar. **Roma e a questão geográfica**. BIBLOS: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande do Sul, v. 17, p. 63-71, 2005. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/98>. Acesso em: 6 fev. 2023.